

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

## A Eterna Vigilância

Em países constitucionais, o Parlamento é uma assembleia baseada no princípio representativo; isto é, na vontade popular. A função representativa é mesmo preliminar às suas outras atribuições — a iniciativa legislativa, o controle do Executivo e a legitimação do sistema político. Ela se funda na possibilidade de controle do poder político, atribuído a quem não pode exercer pessoalmente o poder.

Nada mais democrático, portanto, do que o permanente questionamento e a fiscalização dos representantes pelos representados, que delegam soberania e têm o direito de se assegurarem de que seus representantes façam tudo aquilo de que foram incumbidos. O ideal democrático supõe mesmo cidadãos atentos à evolução da coisa pública, a par dos principais problemas, capazes de avaliar alternativas oferecidas pelas forças políticas que negociam no interior da estrutura coletiva organizada.

No Brasil, infelizmente, esses princípios coezinhos da representação política funcionam precariamente, quer por uma cidadania mal consolidada historicamente, quer por uma concepção paternalista e corporativa do mandato político, agravada ainda mais por duas décadas de regime militar, que estimulou a perversa confusão entre prerrogativas e privilégios. Tudo isto contribuiu para que perdêssemos a noção exata de representatividade, tornada na prática uma fachada para o debate político vazio e para a distribuição de favores pelos pseudofranciscanos de plantão.

Em face disto tudo, é surpreendente constatar que toda e qualquer cobrança do Congresso pela sociedade civil seja logo interpretada como "manobra antidemocrática" ou "atentado contra o Poder Legislativo". Sobretudo, quando se sabe, por um levantamento feito pelos deputados Miro Teixeira (PDT-RJ) e Nelson Jobim (PMDB-RS), que o Brasil está esperando a promulgação de 112 novas leis, ordinárias e complementares, para que a Constituição entre em vigor na prática.

O exemplo mais eloquente das graves consequências geradas pela contemporização legislativa é o Artigo 192, cuja regulamentação pode mexer na estrutura do país. Seus incisos I e IV podem definir um Banco Central independente do Executivo, como ocorre nos Estados Unidos, com o Federal Reserve, cujo presidente é eleito pelo Senado e tem mandato não coincidente com o do presidente da República. Isto teria um extraordinário efeito modernizador: descomprimissado do governo, o Banco Central não poderia mais ser usado para financiar os rombos do Tesouro. E o Legislativo passaria a exercer, de fato, o controle sobre o Executivo.

Por estas e outras, devemos ficar de olho na evolução da Comissão de Modernização da Câmara, coordenada por Miro Teixeira e cujo relator é Nelson Jobim. Suas propostas têm como objetivo racionalizar, acelerar e moralizar o funcionamento da Câmara. Tentam disciplinar as sessões, estipular horários estritos para elas, acabam definitivamente com o voto de liderança, tornando o voto personalíssimo e indelegável, estabelecem mecanismos de verificação e ordens de votação com critérios políticos, e não burocráticos, em função da urgência e da relevância das matérias legislativas.

Sabe-se, contudo, que num ponto as resistências se mostram inarredáveis. É aquele em que a Comissão assesta um golpe mortal no nefando vício do nepotismo, prática através da qual as autoridades públicas nomeiam parentes para as funções públicas, em busca de prestígio ou para reforçar a renda familiar. Nossa cultura política, desgraçadamente, não quer abrir mão do empreguismo familiar. Como se a função pública perdesse seus atrativos, caso não se pudessem mais distribuir cargos. Para quem teima em confundir o bem público com seus patrimônios privados, ouvir isto é intolerável. E quem diz isto não deve gostar do Congresso.